

Anélia
Montechiari
Pietrani
organizadora

EUCCLIDES DA CUNHA

presente
e plural
ensaios



Euclides da Cunha, universalista romântico

Regina Abreu

O autor e suas fontes

Falar de um autor e suas fontes implica não apenas discorrer sobre os textos lidos. Enumerar uma longa lista de autores e textos lidos e citados não necessariamente explicita aquilo que mais influenciou um autor. É preciso, antes, focalizar sua formação, seus ideais, suas utopias e o modo como procedia às suas leituras. Quais suas escolhas? Quais suas preferências? Qual seu percurso?

Eu gostaria de defender a ideia de que Euclides da Cunha foi, sobretudo, um “universalista romântico” e de que a tensão entre essas duas vertentes do pensamento – a universalista e a romântica – é constitutiva da grandeza de seu pensamento.

Universalismo e Romantismo

Inicialmente, vou explicitar o que entendo por vertente universalista e vertente romântica e de que maneira Euclides adere aos ideais universalistas, temperando-os com grandes doses de Romantismo. Evidentemente, estou falando de processo de pensamento, o que significa um movimento pleno de idas e vindas, contradições e paradoxos. Como assinalou Michel Foucault, o movimento do pen-

samento é o oposto da pacificação; não há porto seguro, só o mar alto, as tempestades, as tormentas.

Refletindo sobre a sociedade ocidental moderna, o antropólogo Louis Dumont observa que um longo movimento de individualização foi produzido no Ocidente. A noção moderna de indivíduo perpassa toda a cultura feita a partir do final do século XVIII no Ocidente. A premissa de que a sociedade se move a partir dos indivíduos que dela fazem parte, considerados cada qual uma mônada, cujos principais atributos são a liberdade e a igualdade, funda a vida social no Ocidente moderno. A Revolução Francesa coroa essa passagem histórica com o estabelecimento de um corpo filosófico de doutrinas e a introdução de conceitos, como progresso, civilização e humanidade, expressando a crença no Universalismo e nos ideais de liberdade e igualdade para todos os seres humanos. Duarte (2002a) observa que um novo horizonte para a experiência humana foi colocado em movimento, a partir dessa representação de pessoa tão específica corporificada na ideia de “indivíduo”. Tudo isso em torno de que o que os homens passaram a viver no Ocidente – seus princípios, valores e ideais – foi constituído a partir dessa premissa. Nossa representação de “igualdade”, “liberdade”, “Estado”, “nação”, “democracia”, “cidadania”, “humanidade”, “tolerância”, tudo que temos de melhor e mais ideal, parte dessa concepção de que somos, cada um de nós, indivíduos singulares, dotados de um potencial de autonomia e equivalência que é absolutamente inalienável. Na Declaração de Direitos do Homem, está muito claramente expresso esse ideário, como num manifesto, ao qual prestamos respeito e teremos de continuar prestando – se quisermos que essa cultura continue fiel a seu impulso originário e acorde nossas melhores expectativas.

Nas sociedades ocidentais modernas, diferentemente de sociedades holistas, em que os seres humanos concebiam a si mesmos e eram concebidos como parte de totalidades, o indivíduo passou a ser o centro a partir do qual tudo converge. A noção de contrato social sobre a qual estão assentados os Estados-nações modernos pressupõe

esse conceito básico de igualdade entre indivíduos singulares que se equivalem.

Como lembra ainda Duarte (2002b), a formidável empresa do conhecimento científico no Ocidente moderno foi fundada no contexto de um pensamento iluminista, sendo concomitantemente um projeto universalista racionalista e a expressão dessa ideologia central da cultura ocidental moderna – o individualismo. A organização de uma máquina altamente racionalizada (em seus meios e métodos) de produção da verdade sobre o universo, de extensão aos mais recônditos desvãos da realidade do pressuposto de ordem e razão que subjaz sua ideologia central, é uma das garantias institucionais permanentes da sustentação de sua cosmologia. A busca da verdade e a crença na possibilidade de acesso a um conhecimento objetivo fundada na separação ontológica entre sujeito e objeto do conhecimento embasam os pressupostos científicos.

Por outro lado, o Ocidente moderno conviverá em tensão permanente com as vertentes românticas do pensamento. O Romantismo emerge na passagem dos séculos XVIII e XIX como a retradução da percepção hierárquica do mundo nos termos de uma resposta ao individualismo. Segundo Louis Dumont, a história das nações modernas no Ocidente pode ser lida como a história de ênfases diferenciadas entre essas duas tendências: “Ou o valor fundamental é atribuído ao homem e, nesse sentido, se falará no individualismo de Voltaire e dos enciclopedistas, ou então, é atribuído à sociedade, ou à cultura, ao ser coletivo, e estaremos falando do holismo que aflora em Rousseau e em Herder” (1985, s. p.). Ou seja, o próprio ideal nacional estaria umbilicalmente associado à tensão entre Iluminismo e Romantismo. Se, de um lado, a nação moderna significou a introdução de conceitos universalistas, de outro, a ideia de nação tem sido também representada como mônada de atributos singulares, originais, únicos. O ideal romântico atravessa o Ocidente moderno, tendo surgido, inicialmente, como reação ao Iluminismo e florescido, sobretudo, entre filósofos ale-

mães, como Herder. Essas duas vertentes de pensamento atravessaram todo o século XIX e o XX, chegando ao XXI como potentes correntes de pensamento. Extrapolaram fronteiras nacionais para se tornar “atitudes espirituais”, como observou Georges Gusdorf (apud Abreu, 1997, p. 25). Na França, por exemplo, a tensão entre Iluminismo e Romantismo torna-se perceptível quando se enfocam Voltaire e Rousseau. Baluarte do Romantismo na França, Rousseau distanciou-se dos enciclopedistas, pois, como “cidadão de Genebra”, reconheceu plenamente a natureza social do homem, isto é, seu pertencimento a uma sociedade concreta como condição necessária de sua educação para a humanidade.

Foi na Alemanha, entretanto, que o Romantismo alcançou sua realização plena por intermédio da ação de filósofos, como Herder, e colecionadores, como os irmãos Grimm. Nenhuma outra tradição nacional foi formada com tanta ênfase no tema da singularidade como a da nação alemã. Tomando por base uma filosofia da natureza, considerada única referência aceitável para a invenção do nacional, os românticos alemães acreditavam existir alguma substância que guardava a “alma nacional”.

Euclides e os ideais da ciência – a Escola Militar

Euclides da Cunha aspirou desde muito jovem os ideais da ciência. Sua trajetória revela uma formação iluminista norteadada pela busca da verdade. Sua principal ocupação era a engenharia, e ele era especialmente motivado pelo conhecimento da natureza, do homem e da sociedade de seu tempo. Acreditava na possibilidade de atingir a verdade dos fatos, convertido a uma ciência positiva que não problematizava a relação entre o sujeito e a construção do objeto do conhecimento. Sua crença na ciência mesclava-se aos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade. Defendia a República não como adepto de uma corrente política ou partidária, mas por acreditar que ela constituía a forma maior de governo, capaz de elevar todos os

indivíduos-cidadãos aos modernos ideais do Ocidente, de educá-los, de integrá-los à nação.

Em 20 de fevereiro de 1886, Euclides, aos vinte anos, ingressou na Escola Militar, conhecida pelos alunos como Tabernáculo da Ciência. Sua formação foi marcada pelo estudo das ciências. De acordo com o regulamento em vigência de 1874 até o início de 1889, especialmente o ensino da matemática era sofisticado, dificultando o acesso ao quinto ano e, conseqüentemente, ao título de engenheiro militar. A matemática superior funcionava como elemento da afirmação diferencial na concorrência de um campo dominado pelos bacharéis de direito. Do final da Guerra do Paraguai até a proclamação da República, a Escola Militar funcionou como importante polo concorrente à hegemonia dos bacharéis em direito. Uma das armas mais utilizadas na concorrência era exatamente o forte instrumental científico, que contrastava com o que o próprio Euclides designou, em 1890, como o “triste quadro das nossas academias de direito, onde se estuda a sociedade sem as noções das mais simples leis naturais”. Aquisição de armas científicas e ascensão social pelo talento e o mérito eram dois componentes fundamentais da Escola Militar ao tempo em que Euclides ingressou como aluno, tendo sido estruturantes para sua formação. O cientificismo foi utilizado enquanto elemento constitutivo da identidade social da geração de Euclides na Escola Militar. De posse de um cabedal científico, esse grupo compartilhava de um sentimento universalista de superioridade intelectual, considerando-se produto de um estágio mais adiantado de humanidade. Esse sentimento de superioridade seria crucial no caso de Euclides, jovem sem qualquer outro referencial capaz de lhe fomentar a autoestima necessária para o desempenho profissional. Aluno exemplar, ele se mostrou durante todo o período de formação profissional como um convertido dos ideais universalistas da ciência.

A Escola Militar, onde vigia o princípio do mérito e da mentalidade cientificista, contrastava com uma sociedade patriarcal, rural e hierarquizada. Euclides encarnava o protótipo do aluno

“ideal típico”: ingressou na Escola Militar como “cadete”, título que recebiam os estudantes que integravam a base de recrutamento de oficiais. De 1886 a 1888, cursou a escola nessa condição. Esses anos foram bastante intensos para ele. Entrou em contato com novas teorias, como o evolucionismo e o positivismo, fez novas descobertas, forjou uma identidade, iniciou-se no culto à ciência e na aversão à cultura bacharelesca. Como tantos outros, aprendeu a valorizar o ensino técnico e científico e a desprezar a retórica dos bacharéis, calcada em estudos de jurisprudência. Eram duas mentalidades que se contrapunham. Euclides e toda uma geração de jovens antenados com as inovações científicas e tecnológicas participavam de uma cruzada de culto a novas doutrinas científicas de matiz evolucionista e de combate à metafísica e à religião católica, principalmente em sua vertente tradicional. A Escola Militar e grupos no interior das tradicionais escolas de direito, em especial da Faculdade de Direito de Recife, caracterizavam-se enquanto polos de rebeldia e oposição ao velho modelo transplantado de Coimbra. Assim como Euclides encarnava o espírito do estudante “ideal típico” da Escola Militar do período 1874-1889, Sílvio Romero, por exemplo, desempenhou como poucos o papel de antialuno da Faculdade de Direito de Recife. Um modelo alternativo à sociedade de corte estava em formação, mais concentrado nos laços de lealdade e camaradagem dos grupos de pares do que no peso das famílias.

Essa nova geração de intelectuais, que entrou em ação na década de 1870, teve destacada participação em importantes transformações sociais e políticas no país. Lutava a favor da abolição da escravatura, e sua maior parte era adepta dos ideais republicanos. Para a mocidade militar em particular, a República significava um regime político inspirado no interesse coletivo, com liberdade espiritual, em que “só os competentes fossem escolhidos para as funções sociais”. A República era, pois, o regime em que a aristocracia de berço seria substituída pela aristocracia do mérito.

O incidente do sabre

A historiografia descreve os últimos meses de 1888 como de intensa efervescência política e social. À abolição da escravatura, no dia 13 de maio, seguiu-se cerrada propaganda republicana. O desgaste das relações do governo com a Igreja e o Exército é bastante conhecido. Na Escola Militar, a “mocidade militar” fortalecia seus laços de coesão formando um espírito de corpo, sendo até mesmo as indisciplinas praticadas em conjunto. Um desses casos de indisciplina foi protagonizado por Euclides no final de 1888. Esse incidente coloca em evidência seu compromisso com crenças e ideais. Euclides era, sobretudo, um idealista aspirando para o Brasil a aquisição dos princípios universalistas da ciência. O incidente ocorreu no dia 4 de novembro de 1888. Quando o ministro da Guerra, o conselheiro Tomás Coelho, passava em revista a tropa, o jovem Euclides, numa atitude intempestiva, atirou o sabre aos pés do ministro gritando “Viva a República!”. O jovem cadete foi severamente punido na ocasião, sendo levado para a enfermaria da Escola e, dias depois, expulso.

Euclides no jornal *Província de São Paulo* – a nossa Vendeia

Após esse incidente, Euclides foi convidado a escrever no jornal *Província de São Paulo*, quando teve a oportunidade de entrar em contato com representantes do setor que, a essa altura, era o mais avançado e dinâmico das elites, a burguesia cafeeira paulista, e porta-voz dos interesses desse grupo, que, interessado na modernização econômica e política do país, pregava reformas e apoiava o movimento republicano.

Os primeiros artigos de Euclides eram pura propaganda republicana. Foram exatamente três textos avulsos – “A pátria e a dinastia”, “Revolucionários” e “89” – e oito intitulados “Atos e palavras”, escritos entre dezembro de 1888 e janeiro de 1889. O contato com São Paulo, pela primeira vez em sua vida, aos 22 anos, era significa-

tivo. Como assinalou Lília Schwarcz certa vez, o jornal *Província de São Paulo*, futuro *O Estado de S. Paulo*, criado em 1875 pelas elites econômicas paulistas, logo em sua apresentação identificava-se como um periódico “moderno”, fruto de uma “cidade progressista, científica e laboriosa”. Em suas páginas, deu-se publicidade a todo um ideário evolutivo-positivista, sendo sua prática a divulgação cotidiana de mestres europeus, entre eles Darwin, Spencer e Comte, como se livremente se associassem conceitos como ciência e modernidade. O jornal era comprometido com campanhas políticas, e as principais delas eram a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Esses primeiros escritos publicados por Euclides merecem atenção especial sobretudo por seu tom profético. É como se jorrassem em estado bruto as lições de ciência assimiladas na Escola Militar. Baseando-se em conceitos como evolução e progresso, e utilizando como argumento de autoridade o fato de apoiar-se em “leis naturais indestrutíveis”, fazia a apologia da República e da democracia, vistas como estágios necessários e inevitáveis para o “desenvolvimento natural da sociedade”. Não se colocava como adepto do Partido Republicano, mas como adepto da ciência, que estaria em plano superior ao das disputas partidárias. Considerava o advento da República e da democracia consequências de inevitável lei natural de evolução.

Euclides afirmava ainda não pretender seguir a carreira do jornalismo, mas a da ciência: “Não nos destinamos à imprensa. Os artigos aqui escritos exprimirão parêntesis abertos em nosso estudo e torná-los-emos reflexos dele”. Ao se referir a questões pontuais, como República e democracia, tomava como referência um plano de abstração elevado, enunciando num plano universalista o conceito de humanidade, que “é um indivíduo secular, enorme, eterno, que irrompe através dos séculos e cuja existência se prolonga pela extensão indefinida das idades”.

O escritor acreditava que, deixando agir a força da evolução e do progresso, a humanidade naturalmente atingiria a República e a

democracia, que a impulsionariam para o futuro. A crença na ciência como motor da história o levou a acreditar também na academia, que, no seu entender, se opunha à anarquia:

A anarquia não penetrou nas academias, insinuando-se no ânimo da mocidade; desde a matemática à sociologia, toda a ciência opõe-se-lhe vitoriosamente, cada página dos livros é-lhe uma barreira insuperável, podem nelas existir talvez revolucionários, ativos e ousados, temperamentos que se expandem violentamente, altivamente e dignamente, e falamos por experiência própria – mas quando isto se dá, quando se manifesta esse desequilíbrio lamentável entre as paixões e as ideias, por sobre o delírio espantoso de nossa alma, se alevantam serenos e imaculados os grandes ideais que a iluminam como se alevantam tranquilos e grandes os brilhos das constelações sobre o delírio pavoroso das tempestades...

A consciência de haver adquirido moderno instrumental científico na Escola Militar fez com que ele se percebesse como parte da vanguarda, um pequeno grupo superior aos outros pela “altitude de nossas ideias”. Considerava, entretanto, essa superioridade passageira, pois acreditava que, pelas leis naturais, a humanidade atingiria a posição na qual ele e alguns poucos adeptos da ciência e do progresso já se encontravam, ou seja, uma posição nivelada “à civilização do nosso tempo”. Euclides cria que esse grupo estava no centro de um paradoxo: se, de um lado, eram revolucionários, “porque a força que transmitimos ao sistema social, em conflito com a sua deplorável fraqueza, produz naturalmente a perturbação, o desequilíbrio”, de outro, eram apenas veículos de uma força maior que os ultrapassava, “inteiramente subordinados às leis que regulavam o desenvolvimento natural da sociedade” (apud Abreu, 1997, p. 557).

A ciência, para Euclides, era um todo indivisível, regido por leis idênticas em seus vários ramos. Atribuía clara predominância à matemática e idealizava uma ciência natural, positiva, baseada em

experimentações que levariam a formulações de leis gerais. Desse modo, o estudo da sociedade deveria seguir as mesmas leis que orientavam o estudo da química ou da matemática – “como o átomo na química ou o infinitamente pequeno na matemática, o homem, em sociologia, tem a existência subjetiva de um tipo abstrato” (p. 563). Em outra passagem, cita Kant para afirmar o valor da experiência: “Na frase de Kant – qualquer noção da realidade deve se basear na experiência” (p. 551).

Foi com base no valor sagrado da experiência que fez sua preleção a favor da República e condenou o Império e, especialmente, o imperador. Como era lugar-comum na época, o imperador se caracterizava pelo espírito erudito e o gosto pela ciência. Euclides valeu-se justamente desse argumento para suas acusações. Se o monarca era esclarecido, aumentavam suas responsabilidades no sentido de conduzir a nação para o progresso e a civilização. Em vez disso, o monarca mantinha no Brasil instituições retrógradas, como a escravidão – segundo Euclides um “escândalo” que impediu na sociedade brasileira o “movimento progressista do conjunto”. Desse modo, considerava o imperador o grande responsável pela permanência das forças retrógradas na sociedade brasileira. Se, por um lado, “a ciência foi, sem dúvida, a Ariadne salvadora que o orientou”, por outro, esse mesmo monarca “erudito e profundo” “tem deixado esta nossa terra retrógrada e inculta, para seguir, ansioso, a deslumbrante miragem da civilização que lhe acena do alto das capitais da Europa” (p. 552). Euclides antecipava, aqui, um dos argumentos centrais de *Os sertões*: a oposição entre a elite culta, refinada e com canal direto para a civilização europeia e o restante da sociedade, retrógrada e inculta, ou, ainda, a separação radical entre dois universos: o da civilização, representado pelas elites, e o da barbárie, representado pelo povo.

A propaganda republicana transformou-se, pois, para Euclides, em propaganda científica. Por isso, ele acreditava que o advento da República não indicaria a vitória de um partido – exprimiria o renascimento de uma sociedade (p. 559). Além da propaganda cien-

tífica, Euclides defendia os ideais de uma sociedade moderna, individualista, baseada no talento e no mérito como formas de ascensão social. Nesse sentido, justificava a formação da aristocracia do mérito, que substituiria a antiga aristocracia, de berço. Esse novo grupo funcionaria como vanguarda capaz de levar o restante do povo, atrasado, aos graus mais elevados de civilização. É nessa direção que argumentava contra os antirrepublicanos, que condenavam o “governo do povo pelo povo”, por considerarem-no atrasado e, portanto, inapto para governar. “O governo republicano – digamo-lo sem temor – é naturalmente aristocrático; os pergaminhos dessa nobreza, porém, ascendem numa continuidade admirável, das oficinas às academias. É o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por todos” (pp. 550-1).

Considerados trabalhos menores no conjunto da obra de Euclides, esses artigos foram recolhidos pelo euclidiano Olímpio de Souza Andrade e incluídos na *Obra completa*, editada em 1966, por ocasião do centenário de nascimento do escritor. Escritos em tom de entusiasmo juvenil e no calor dos acontecimentos que iriam derrubar o Império e instituir a República no Brasil, contêm em semente alguns dos pontos mais importantes que iriam transformar um jovem desconhecido em escritor de renome. Destaco dois deles: a defesa apaixonada da ciência e a percepção de si mesmo como um homem de ciência; e a defesa de uma sociedade baseada nos princípios individualistas do talento e do mérito. Euclides tinha muitos pontos de contato com os homens de ciência do final do século XIX.

Os homens de ciência eram intelectuais que se congregavam em institutos de pesquisa e, principalmente, antenavam-se com as novas descobertas científicas que se processavam sobretudo na Europa. Ainda isolados e em pequeno número, começavam a atuar em locais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Nacional, a Academia de Medicina do Brasil, além das tradicionais faculdades de direito e medicina. Iniciavam nesses ambientes discussão independente, desvinculando aos poucos a produção cientí-

fica dos setores hegemônicos e umbilicalmente ligados aos grupos agrários. Sob o manto da ciência, começava a aparecer um tipo especializado de profissional. Mais do que um grupo homogêneo, esses intelectuais guardavam certa identidade que os unia. Convertidos a correntes científicas que consideravam verdades supremas, alguns chegavam mesmo a professar a ciência como religião. O exemplo mais contundente foi o da Igreja positivista no Brasil. Essa conversão à ciência terminou por aproximar indivíduos de espaços sociais e geográficos bastante diferentes, criando e fortalecendo os laços entre eles.

A crença numa nova ordem científica consistia, basicamente, nos pressupostos evolucionistas da ascensão dos povos, pelo progresso, aos valores da civilização. Assim, entendia-se que o caminho da ciência deveria estar aberto a todos, entre os quais, por processo de seleção natural, se destacariam por mérito aqueles que tivessem verdadeiro talento. Mais do que a formação de um grupo político ou de ideias, esses novos intelectuais sinalizavam mudanças de pontos de vista. Não é por acaso que o setor de ponta da economia nacional, os novos empresários do café do Oeste paulista, atraía para suas fileiras indivíduos como Euclides da Cunha, portadores de novos ideais e, sobretudo, expressões de uma nova ordem. É extremamente significativo que, tanto para Euclides quanto para o jornal *Província de São Paulo*, o mais importante não fosse exatamente o movimento republicano; importante era, claro, mas como decorrência de uma ordem que Euclides classificava como natural: a ordem do progresso dos povos, considerada inevitável pela ciência no período. Tanto a Escola Militar quanto o *Província* e o próprio Euclides podem ser pensados como expressões de um movimento mais amplo de modernização da sociedade brasileira. Como assinalou Castro, referindo-se à Escola Militar, o que ocorria era o desenvolvimento de valores meritocráticos, em que,

idealmente, o poder baseado no parentesco ou na riqueza passava a subordinar-se ao mérito dos indivíduos, decorrente principalmente de suas aptidões intelectuais confirmadas no sistema escolar. Na nova elite social que assim deveria surgir, as posições deixariam de ser *atribuídas* por privilégio de nascimento, passando a ser *adquiridas* graças à capacidade individual. A sociedade meritocrática seria aquela onde vigoraria plenamente esse princípio (2000, p. 18).

O domínio do instrumental científico e a hipervalorização da ciência eram utilizados como argumentos de autoridade por muitos jovens que, como Euclides, possuíam pouco ou nenhum capital social herdado. Para esses, a possibilidade de trilhar uma bem-sucedida carreira e galgar posição de prestígio dependia unicamente da afirmação de uma nova ordem, em que a competência e o mérito prevalecessem. Sua colaboração no jornal *Província de São Paulo* representava o início de uma carreira em que o saber *adquirido* era valorizado.

Euclides engenheiro

Com a proclamação da República, Euclides pôde retomar seu curso na Escola Militar, vindo a se formar como engenheiro militar. É preciso dizer algumas palavras sobre a posição do engenheiro militar nessa ocasião. Os engenheiros de modo geral estavam associados aos ideais de modernização. A virada do século XIX para o XX sinaliza um momento de transição entre a predominância de uma ética tradicional e a incorporação de uma ética moderna, individualista. O engenheiro, especialmente o militar, era valorizado como servidor público, ou seja, um profissional voltado à edificação dos modernos Estados-nações. Misto de indivíduo-coletivo e de coletivo de indivíduos, a nação moderna pressupunha a existência de indivíduos livres e autônomos, vinculados diretamente ao Estado. Como assinalou Eric Hobsbawm certa vez, referindo-se ao período entre 1870 e 1914,

na história do Ocidente, a nação devia ser a nova religião cívica dos Estados, pois oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade do Estado.

Ao se considerarem vanguardas de uma nova ordem, os engenheiros militares atribuíam para si a tarefa de conduzir os povos espalhados pelo imenso território do país aos graus mais elevados da vida civilizada. Marcados pelas teorias de evolução social, e na condição de intelectuais, viam-se em enorme dilema graças à penetração de teorias racistas que consideravam a mistura de raças imprópria para o progresso de uma nação. Como fazer de uma população híbrida e mestiça um conjunto de pessoas civilizadas e educadas? Longas discussões eram travadas entre os intelectuais, mas eram os engenheiros militares que se deparavam com o povo em carne e osso, no estado bruto de “selvageria” ou “barbárie”, de acordo com as categorias da época. Ao participarem das comissões de saneamento, de construção de pontes, estradas, de instalação do telégrafo, o encontro era fatal. Não havia só matas e vegetação; havia índios, sertanejos, caboclos, antigos escravos. Os engenheiros militares deveriam contribuir para “eivar” os “povos mais atrasados” e fazê-los caminhar no sentido do progresso para o qual, acreditava-se, caminharia toda a humanidade.

Dublê de engenheiro e jornalista

Em 1897, Euclides conjugava a engenharia e o jornalismo. O dublê de engenheiro e jornalista confessava uma “tristeza imensa” diante dos destinos da República e uma “amarga ironia” com os “*maitre-chanteurs* que nos governam”. Foi nesse ano que ele escreveu seu primeiro artigo sobre o movimento surgido no arraial de Canudos, mais um, segundo as notícias, entre os muitos que pregavam a restauração monárquica. Republicano ardoroso, sinceramente preocupado com a possível retomada do poder político pelos monarquistas,

tas, intitulava os referidos artigos de “A nossa Vendeia”, comparando o movimento dos sertanejos de Canudos com o dos camponeses da região da Vendeia, na França, ocorrido após a Revolução Francesa, de 1789. O movimento da Vendeia arregimentou camponeses fiéis à monarquia e contrários à revolução e à República. Os republicanos franceses travaram intenso combate, pois acreditavam que os camponeses ameaçavam os destinos revolucionários. Euclides, partindo do mesmo princípio, combatia pela imprensa o movimento de Canudos fazendo propaganda da República, que considerava uma forma mais elevada de governo, de acordo com os ideais da “evolução da humanidade”. O primeiro artigo foi publicado em 14 de março de 1897, e o segundo, quatro meses depois, num sábado, dia 17 de julho. Ambos foram estampados na primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo*, o que revela a dimensão alcançada pelo movimento de Canudos.

Nesses artigos, Euclides discorria sobre a necessidade de pôr fim à Guerra de Canudos. Falava com a autoridade de um militar “científico”, analisando ponto por ponto as estratégias e táticas do Exército. Desse ponto de vista, apontava razões para o fracasso das expedições, bem como soluções alternativas para o sucesso das tropas republicanas, que considerava inevitável numa abordagem histórica e evolutiva. No seu entender, o Exército brasileiro estaria passando pelos mesmos reveses que outros exércitos já haviam experimentado em nações civilizadas, isto é, combatendo tribos bárbaras a fim de instalar um regime político mais evoluído:

Esquecemo-nos de exemplos modernos eloquentíssimos. A Inglaterra enfrentando os zulus e os afhans, a França em Madagascar e a Itália recentemente, às arrancadas com os abissínios, patenteiam-nos entretanto reveses notáveis de exércitos regulares aguerridos, bravos e subordinados a uma disciplina incoercível, ante os guerrilheiros inexpertos e atrevidos [...] A profunda estratégia europeia

naquelas paragens desconhecidas é abalada por uma tática rudimentar pior do que a tática russa do deserto.

Euclides a caminho de Canudos

O recrudescimento das forças do Conselheiro levou Euclides aos sertões da Bahia. *O Estado de S. Paulo* o enviou como correspondente especial para relatar os acontecimentos da guerra. A experiência da viagem arrebatou-o em todos os sentidos. A viagem foi um ritual de saída de um mundo – o sul, São Paulo e Rio de Janeiro – para outro, vastíssimo, que deságua na seca, no deserto, na guerra, nos sertões.

O rito de iniciação é também um rito de passagem. O engenheiro militar tornado viajante adentrou outros universos, outras culturas, outros mundos desconhecidos. Em seu diário de campo, anotou as impressões de viagem. Em toda a primeira parte do diário, os adeptos do Conselheiro permanecem como miragem do mal; Euclides demora a estabelecer contato com eles. Canudos é descrito como “notável exemplo de retroatividade atávica”, que é preciso extirpar para entronizar as forças do progresso. Justifica a guerra por se tratar de “um largo movimento nacional tonificante e forte” que congrega “os elementos sãos da nossa terra”. O que se está destruindo com a guerra

não é o arraial sinistro de Canudos; é a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro, a nossa religiosidade indefinível difundida em superstições estranhas, a nossa compreensão estreita da pátria, mal esboçada na inconsistência de uma população espalhada em país vasto e mal conhecido; são os restos de uma sociedade velha de retardatários, tendo como capital a cidade de taipa dos jagunços...

Nesse primeiro momento, a visão de Euclides sobre o outro – o sertanejo, habitante do interior – é de inaceitável etnocentrismo em nossos dias. Aos poucos, entretanto, principalmente ao entrar em contato com os prisioneiros, mulheres, crianças e homens simples, ele vai substituindo o etnocentrismo por um maior universalismo. Fundava na razão a preferência que sentia pelos valores da civilização e pelo ideal do progresso em detrimento dos valores da sociedade tradicional, para ele, sinônimo de atraso. Era, contudo, cada vez mais cauteloso com suas opiniões e juízo sobre a população sertaneja. Nas últimas páginas do diário, dá-se uma reviravolta:

Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados, e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real, consistirá em incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política.

Na primeira parte do diário, Euclides trabalha com oposições duras. Essas vão sendo nuançadas pouco a pouco, à medida que ele adentra os sertões. Em dado momento, formula uma oposição entre dois brasis: um, movido pelas forças do progresso e da civilização – o Brasil dos engenheiros, dos militares e dos republicanos –, o outro, movido pelas forças conservadoras, fadado ao atraso – o Brasil da religiosidade tradicional e dos monarquistas. Preocupado com essa oposição, chega a considerar a penosa luta do Exército um mal necessário, contribuindo para unir o sul e o norte, a fim de tornar “mais harmônicos os variados fatores da nossa nacionalidade”. A guerra era vista como parte de um “rude trabalho de adaptação a condições mais elevadas de existência”. A despeito de todas as misérias e provações, a médio e longo prazo, ela se justificava sobretudo pelo didatismo: “Recebemos uma lição proveitosa e inolvidável”.

Euclides acreditava que a guerra contra Canudos significava uma redescoberta dos sertões. Seguindo a trilha dos bandeirantes,

o combate tinha o sabor de conquista e incorporação do interior ao projeto da nação republicana. Como resultado positivo do assalto a Canudos, assinalava que os governos teriam de reconhecer de uma vez por todas

os inconvenientes graves que resultam, de um lado, dessa insciência deplorável em que vivemos acerca das regiões do interior, de todo desconhecidas muitas, e, de outro, o abatimento intelectual em que jazem os que a habitam. Sobretudo este último é um inimigo permanente. Quando voltarem vitoriosas as forças que ora convergem aqui – completemos a vitória. Que, pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será, no caso vertente, o verdadeiro vencedor: o mestre-escola.

Para o Euclides recém-chegado, que ainda não havia, de fato, entrado em contato com os adeptos do Conselheiro, o trabalho para tornar paulistas, nortistas, fluminenses e sertanejos antes de tudo brasileiros, ou seja, a missão de colocar a identidade nacional acima das outras e a lealdade ao Estado acima das lealdades à Igreja, à paróquia, ao líder local, só poderia ser bem-sucedido pela força. Na antessala dos sertões do norte, ele estava convicto de que o Exército abriria caminho para os mestres-escolas. Como partes de um mesmo movimento, militares e educadores contribuiriam para integrar os sertões à nação e, em última análise, ao “patrimônio da humanidade triunfante”.¹

No entanto, à medida que a viagem ia avançando, o correspondente de guerra mostrava-se cada vez mais paradoxal, cheio de

¹ Essa expressão foi utilizada alguns anos depois pelo tenente-coronel Cândido Mariano Rondon em missão pelo interior do país. Transcrevo-a aqui por sintetizar, mais do que uma visão pessoal de Rondon, o pensamento de militares na virada do século.

dúvidas e incertezas. E é nesse aspecto que ele se mostrará grande, queimando a si mesmo, abrindo espaço para interrogações e novas descobertas: “É possível que das notas rápidas de um diário ressumbrem exageros; é possível mesmo que eu os releia mais tarde com surpresa”.

Algumas indagações voltam sempre. Intriga saber, em meados de agosto,

por que razão os jagunços desmoralizados, em número reduzido, tendo ainda franca a fuga para o sertão [...] no seio de uma natureza que é a sua melhor arma de guerra – esperam que lhes fechem a única estrada para a salvação, aguardam que se complete o sítio do qual resultarão a rendição e todas as suas funestas consequências?

O encontro com o menino Agostinho

No dia 19, Euclides encontra pela primeira vez um “jagunço em carne e osso”. É um menino, “chama-se Agostinho, 14 anos, cor exatíssima de bronze; frágilimo e ágil; olhos pardos, sem brilho; cabeça chata e fronte deprimida; lábios finos, incolores, entreabertos num leve sorriso perene, deixando perceber os dentes pequeninos e alvos”. Foi trazido de Canudos para Salvador pelo coronel Carlos Teles. Euclides torna o menino seu principal informante, fazendo-lhe uma batelada de perguntas. Suas “revelações” têm para o correspondente de guerra “um valor inestimável”, “não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas, dos rudes filhos do sertão”.

O pequeno informante inicia-o no conhecimento da vida em Canudos e dos jagunços. Aqui, pela primeira vez, o arraial deixa de ser um fantasma para ganhar realidade e, mais do que isso, humanidade. São descritos personagens que mais tarde serão incluídos em *Os sertões*: João Abade, Pajeú, Vila Nova, Pedrão, Macambira,

Joaquim Macambira, Manuel Quadrado, José Felix – o Taramela – e, por fim, Antônio Conselheiro.

A partir do relato do menino, Euclides obtém informações sobre os hábitos do arraial, como a condenação da cachaça. Surpreende-se com novos dados sobre o Conselheiro:

Ao invés da sordidez imaginada dá o exemplo de notável asseio nas vestes e no corpo. Ao invés de um rosto esquelético agravado no aspecto repugnante por uma cabeleira mal tratada onde fervilham vermes – emolduram-lhe a face magra e macerada longa barba branca, longos cabelos caídos sobre os ombros, corredios e cuidados.

O encontro com o menino Agostinho revela o primeiro momento de um encantamento com a população sertaneja e com a formulação de uma concepção romântica de que nos sertões estaria o cerne da nacionalidade, a “alma nacional”. Euclides descreve a cultura sertaneja, transcreve rezas, hábitos, poemas. Começa a admirar a coragem estoica do Conselheiro e de seus seguidores.

Mais tarde, quando de volta à cidade idealiza o livro intitulado-o *Os sertões*, Euclides já é um universalista romantizado com o que viu e ouviu nos sertões da Bahia. Sua grande obra revela-se paradoxal, polifônica, abrindo caminho para muitas vozes. Se a voz do cientista, a do militar, a do engenheiro estão ali presentes, já não estão sozinhas; são obrigadas a conviver com a conversão romântica do próprio escritor, que julga ter encontrado nos sertões do norte uma cultura singular, a qual, a despeito de seus componentes tradicionalistas, seria preciso conservar. Talvez nesse aspecto resida uma das grandezas de *Os sertões*: de forma tensa, paradoxal, contraditória, convivem ali as duas mais fortes correntes de pensamento da cultura ocidental moderna: o Universalismo e o Romantismo.

Referências

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1997.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Método e ficção nas ciências humanas: por um Universalismo romântico*. Rio de Janeiro, 2002a (mimeo).
- . *Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica*. Rio de Janeiro, 2002b (mimeo).
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- GUSDORF, Georges. *Les fondements du savoir romantique*. Paris: Payot, 1982.